



ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: uma expressão da questão social

Girlene Maria Matis Cavalcante¹

RESUMO

Este trabalho analisa os fundamentos que explica a gênese da política de habitação no capitalismo

Palavras - Chaves: Capitalismo; Estado; Habitação

ABSTRACT

This work analyzes the reasons that explains the genesis of housing policy in capitalism

Keywords: Capitalism; State; Habitation

I INTRODUÇÃO

Neste trabalho nos propomos a desenvolver uma análise sobre os fundamentos que explica a política de habitação no capitalismo como uma expressão da questão social. Para tanto, partimos do entendimento que a situação atual que perpassa a maioria da classe trabalhadora que não consegue acesso a uma casa própria tem desdobramento a partir da maneira como foi se conformando a intervenção do Estado burguês para com a questão da moradia para a classe trabalhadora e sua família ao longo da história do desenvolvimento da sociedade capitalista. Onde constatamos através dos escritos de Marx e Engels, a lógica de apropriação de interesse lucrativo dos capitalistas e se tratando de todas as estratégias possíveis para continuar relegando a população mais pobre em situação de dependência e de ser explorado pelo capital, onde a moradia se torna um desses mecanismos

Desenvolveremos como ao longo da historia o capitalismo continua intervindo na política de habitação com o objetivo de manter o seu lucro, a exemplo, a realidade brasileira, em que temos um Estado que continua alimentando o capital privado das

¹ Mestre. Faculdade Tiradentes e Secretaria Municipal de Habitação. gilmatis@yahoo.com.br



imobiliárias, para tanto só intervém, e quando o faz, em situações limites em que se encontra as condições de habitabilidade da classe trabalhadora.

II DESENVOLVIMENTO

Discutir sobre a questão da moradia na atualidade, necessariamente nos remete a compreender os fundamentos que dão base para essa problemática, tida como mais uma expressão da questão social, e que encontra sua gênese em Marx, no seu livro o Capital, no capítulo XXIV denominado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”. Nesse capítulo, Marx vai discutir como se deu o processo de separação do trabalhador e seus meios de produção e a partir disso, como se desdobra todo o processo de expulsão dos trabalhadores das suas terras, moradias e ofícios, restando-lhes apenas vender sua força de trabalho para o capital.

È nesse contexto, que vamos delinear a gênese da questão da moradia, tão debatida na atualidade, vista em grande medida como apenas um problema de ocupação desordenada, quando suas bases estão atreladas a um contexto histórico inerente aos primórdios desse modo de produção, em que tem como premissa a busca do lucro máximo.

Desse modo, nos referenciando em Marx, percebemos que no início do processo de acumulação do capital, o que serve de base para a formação da classe capitalista diz respeito ao grande revolucionamento da saída dos trabalhadores do campo para as cidades, em que

Grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo (Marx, 1988, p. 263). Associado a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas, em que as habitações dos camponeses e os *cottages*² dos trabalhadores foram violentamente demolidos ou entregues à ruína (p. 264).

Depreende-se desse raciocínio de Marx que o dilema da moradia foi vivenciado pelos trabalhadores desde os primórdios da acumulação capitalista, quando a busca pelo

² Habitações.



lucro de dos capitalistas fez com que estes trabalhadores fossem expulsos das suas terras, dos seus meios de produção e da sua moradia para dar lugar a pastagens de ovelhas. Sendo obrigados a abandonarem o campo e procurar refúgio nos aglomerados urbanos. Onde foram submetidos a todo tipo de privação, uma vez que não tinha habilidades suficientes para trabalharem na produção industrial, nem tampouco, condições de encontrar moradia digna para viver com sua família.

Com a expulsão dos trabalhadores das suas terras, os mesmos terão que buscar formas para atender a sua subsistência e de sua famílias, para tanto,

Eles serão transformados em pessoas que são forçadas a ir ao mercado para comprar tudo de que precisam. (...) Será realizado, talvez, mais trabalho, porque há mais compulsão para isso. (...) Cidades e manufaturas crescerão pois mais pessoas que buscam emprego serão impelidas para elas. Essa é a forma como a concentração dos arrendamentos opera naturalmente e em que, neste reino, há muitos anos tem realmente operado. (MARX, 1988, p. 270).

Continua o autor,

Uma liberdade atrás da outra foi sendo roubada ao povo. (...) E a opressão ainda cresce diariamente. Clareação e dispersão do povo são seguidas como principio inabalável pelos proprietários, como uma necessidade agrícola [...] O roubo dos bens da igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso³ da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (MARX, 1988, p. 274-275).

É possível perceber tamanha atualidade nesse texto de Marx, na realidade brasileira, o que vemos hoje, ainda, é que a concentração de renda e riqueza inerente ao capitalismo tem mantido a sua lógica global, ao passo que tem relegado uma parte

³ Como exemplo do método dominante no século XIX, bastam aqui as clareações levadas a cabo pela duquesa de Sutherland. Essa pessoa economicamente instruída decidiu, logo ao assumir o governo, empreender uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagem de ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsas e exterminadas. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. (MARX, 1988, p. 272).



significativa da população a viverem em condições subumanas de moradia, com o aglomerado de verdadeiros guetos que são construídos nos entornos das cidades.

No Brasil, o processo de concentração de riqueza e poder tem se constituído desde a história da nossa formação, perpassando todos os ciclos econômicos. Desse modo, isso contribui para o aumento das desigualdades sociais tão presente na nossa realidade.

No começo do século XX, relata Bonduki (1998) , a habitação para as classes populares era basicamente representada por dois tipos de moradia: as vilas operárias, incentivada pelo poder público, através de isenções fiscais, mas que somente eram acessíveis para segmentos da baixa classe média, como operários, funcionários públicos e comerciantes, não sendo viáveis para a população mais pobre; e, pelas moradias de aluguel, construídas por iniciativa privada que em muitos casos se assemelhavam a cortiços, pela baixa qualidade.

Ou seja, a intervenção do Estado para promover política de habitação se mostrou de modo ineficaz, visto que não dava conta de atender a demanda da população que precisava de acesso no país.

O desenvolvimento urbano industrial a partir da década de 1930, veio agravar as disparidades regionais e adensar o problema das moradias, nas cidades. Onde, os segmentos mais pobres foram ocupando as áreas mais afastadas da cidade, conformando assim as periferias, além da ocupação de espaços vazios, formando assentamentos precários e também as favelas. Tais aspectos ocorreram principalmente com a migração da população do campo para as cidade, a partir da década de 1940, com o avanço da industrialização, em que os mesmos vinham em busca de emprego e de melhores condições de vida.

Diante do exposto, percebe-se que o crescimento das cidades acontece de modo segregador. Pois, da forma como ocorreu, o uso e a ocupação dos espaços urbanos, mostra-nos que o direito de viver em condições propícias à habitação, não tem sido de todos. Tem sido na verdade, um espaço de reprodução das desigualdades sociais e de perpetuação de privilégios.

Isso reflete o que Lavinias menciona como um fenômeno que não é particularizado, localizado, uma vez que,



Na América latina, a extrema desigualdade, de caráter estrutural, continua sendo a razão primeira da pobreza. Desigualdade de renda, desigualdade de acesso, desigualdade de meios, desigualdade na detenção de ativos. A provisão de serviços urbanos em quantidade e qualidade decentes, a preços compatíveis com o padrão de vida da população carente, segue sendo um dos grandes desafios dos governos locais comprometidos com a redistribuição do bem-estar. Falar de desenvolvimento social é falar de desenvolvimento urbano. (LAVINAS, 2011)

Na realidade brasileira, e particularmente na cidade de Maceió são flagrantes as desigualdades na distribuição de renda, aliada a segregação sócio-espacial, escassez de políticas públicas e a crescente precariedade das condições de vida da população. Nessa capital, os espaços territoriais estão claramente demarcados, assim, forma-se um verdadeiro apartheid territorial, entre bairros centrais e periféricos, relegando cada um ao seu universo.

As cidades se desenvolveram, tornando-se grandes centros urbanos, porém permanece a ineficácia do poder público em atender as demandas da população carente e ausência de um planejamento urbanístico que leve em consideração as especificidades de cada localidade. Em decorrência disso são freqüentes os problemas de deslizamentos de encostas e barreiras, alagamentos de comunidades ribeirinhas, desabamentos de “barracos” entre outras situações que são mediadas pelos governantes com ações minimalistas e passageiras, ao invés de investirem na viabilização de medidas preventivas eficazes para a resolução definitiva da problemática urbana.

Estas situações foram agravadas a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir da década de 1970, que se refletem na precarização do trabalho, gerando desemprego, subemprego e no agravamento das condições de vida da classe trabalhadora e tais fenômenos tem se refletido na questão da política urbana. A medida que cada vez mais inviabiliza o acesso a uma moradia digna e com isso, constata-se o adensamento da questão habitacional, associado a ineficiência do poder público, através das atuais formas de intervenção, em dar resposta a essa problemática, visto que não se articula às demais políticas sociais.

Como consequência para o conjunto dos trabalhadores, percebemos o aumento dos sem-tetos e as ocupações de prédios desabitados, quase sempre seguidas de despejos, crescem os assentamentos de moradias precárias muitas vezes por meio da verticalização (construção de prédios fora dos padrões permitidos), expandindo e adensando as favelas já existentes, amplia-se a especulação imobiliária desenfreada que atinge, inclusive, as áreas



faveladas. Observam-se, ainda, a periurbanização acelerada, o agravamento dos problemas ambientais, bem como a proliferação de condomínios de alto luxo onde a renda e a riqueza estão concentradas, revelando uma fratura social. Os conflitos urbanos se acirram principalmente nas áreas em que as favelas fazem fronteira com os espaços residenciais mais nobres da cidade. Assim, a questão habitacional se estende à política urbana (LIMA, 2005).

Diante do exposto, percebemos que, as ações do Estado não têm dado conta da complexidade encontrada, observando-se, algumas vezes, a omissão do poder público ou o recurso à remoção de moradias precárias e a processos de criminalização da pobreza, no sentido de manter a ordem social. A criminalização da pobreza se realiza quando os sem-tetos são retirados de forma violenta das ruas, as favelas são sistematicamente invadidas por serem consideradas locais de violência do narcotráfico e seus moradores são removidos sob o argumento de degradação do meio ambiente. Verifica-se, dessa forma, um retrocesso em termos do direito à moradia e à cidade, reivindicados pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e assegurados na Constituição de 1988. Ainda muitos avanços em termos de política urbana tenham sido corroborados pelo Estatuto da Cidade em 2001, essas conquistas entram em conflito com as orientações neoliberais dos organismos multilaterais de financiamento que exercem uma pressão importante, também sobre a política urbana (LIMA, 2005).

Desse modo, concordamos com Engels (1988, p. 38), quando enfatiza que a falta de habitação é necessariamente produzida pela forma burguesa de sociedade. Pois, para ele,

Uma sociedade que condiciona, por um lado, a existência de um numeroso exército de reserva de desempregados e, por outro lado, temporariamente deixam na rua grande massa de trabalhadores, concentrando-se nas grandes cidades, em que ao não conseguirem acesso a sua própria habitação, precisam virar locatários, sendo explorado pelos aluguéis elevados dos proprietários de casa. Numa sociedade assim, a falta de habitação não é nenhum acaso: é uma instituição necessária (p. 38-39).

O que fica claro a partir dessa exposição de Engels, é que a questão da habitação é uma estratégia dessa sociedade em que tem como premissa básica o lucro incessante. Para tanto, se utiliza de todos os subterfúgios possíveis para continuar com sua lógica, e isso perpassa a política de habitação, e que temos constatado cada vez mais, o



Estado isento de sua responsabilidade em possibilitar o acesso a mesma via políticas públicas, relegando uma parcela mínima da sociedade a ter que buscar acesso a esse direito via o mercado, ou seja, tendo que comprar uma casa, e com isso sendo obrigado a alimentar o capital financeiro e os proprietários privados de imobiliárias. Em contrapartida, continua em número cada vez maior aqueles que não podem comprar sua casa e fica a mercê de toda sorte ou da vontade dos gestores em mediar tal acesso.

Com isso, constatamos nas intervenções do poder público sobre a política de habitação, no que concerne a inserção da classe trabalhadora pela via do direito, é que esta inserção tem se dado de forma extremamente precária, pois só tem acesso as moradias quem não tem condições mínimas nenhuma de comprar no mercado, visto as condicionalidades que são impostas para tal acesso. Associado a isso, tais construções tem ocorrido em localidade extremamente afastadas, nas periferias da região central da cidade, desprovidas de basicamente todas as outras políticas públicas, o que inviabilizado o acesso desses moradores aos espaços urbanos, tanto para a sua vida produtiva, seu trabalho, como também para o acesso ao lazer, entre outros fatores, que tem comprovado o descompromisso do Estado em atender as necessidades da classe trabalhadora pela via do direito.

Desse modo, isso tem se refletido numa concentração territorial das camadas pobres da população sujeita a uma segregação, o que tem influenciado o processo de destituição dessa população como sujeitos sociais e políticos na cidade (PAZ ; TABOADA, 2010, P. 17). O que vem acentuar mais ainda a vulnerabilidade social, além de demonstrar a fragmentação das políticas públicas que são de responsabilidade do Estado para o atendimento das necessidades da população.

III CONCLUSÃO

Discutimos ao longo desse trabalho em como a realidade que perpassa a política de habitação na contemporaneidade tem na verdade, conformando uma estratégia do capital ao longo do seu processo incessante de acumulação. Associado a isso, o Estado burguês, capturado por esse ideário tem garantido tal lógica a medida que tem desenvolvido sua intervenção de forma pífia e precária sobre a expressão da questão social que é a política



de habitação para aqueles segmentos da classe trabalhadora que não consegue acesso a política via mercado, lógica atual presente para acesso aos direitos sociais.

Diante do exposto, constatamos que na realidade brasileira, mesmo havendo algumas legislações que garante o acesso a política de habitação via política pública, tal modelo não tem se efetivado na prática, o que tem relegado parcela significativa da população a viverem em condições de precária habitabilidade, ocupando as favelas, as encostas, ou seja, ocupando lugares insalubres que a coloca cotidianamente em situação de vulnerabilidade.

IV REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social do Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

ENGELS, F. **A questão da Habitação**. São Paulo. Ed. Acadêmica, 1988.

LAVINAS, Lena. **Luta contra a pobreza urbana**. Disponível em subnacionais.iv.org.br/portal/docuemntos/textos/documento_final-urbal.pdf. Acesso em: janeiro de 2011.

LIMA, Rosa Maria Cortez. **A Cidade Autoconstruída**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1988, t. I, v. 1.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Cidades, Desigualdades e Territórios**. Curso a Distância, Trabalho Social em programas e projetos de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministérios das Cidades, 2010.